

Missão do FMI chega na 2ª

28 JUL 1990

BRASÍLIA — A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega ao Brasil nesta segunda-feira, desembarcando no Rio de Janeiro por volta das 9 horas e seguindo no mesmo dia para Brasília. Desta vez, o Brasil recebe a missão do FMI numa posição mais confortável, porque já tem um programa de estabilização da economia, o que pode acelerar as negociações.

O aval do FMI ao plano é considerado até mais importante do que o empréstimo do tipo Stand By, de US\$ 1,4 bilhão, pretendido pelo Brasil. O endosso pode significar o sinal verde para as negociações com o Clube de Paris e para atrair investimentos estrangeiros. O governo já admite negociar paralelamente com os bancos credores, desde que isso

não interfira nos entendimentos com o Fundo.

Na segunda-feira pela manhã o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa, conversa com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para acertar o esquema de coordenação das visitas dos técnicos do FMI para a coleta de informações da equipe econômica.

Os quatro técnicos — Eric Clifton, Jorge Gusmann, Alan Ize e Ildefonso Guajardo — começam a trabalhar efetivamente a partir de terça-feira, iniciando os levantamentos de dados sobre as áreas externa — balanço de pagamentos — fiscal e monetária. A missão do Fundo, que terá a participação também do diretor da Divisão

Atlântico Sul, Thomas Reichmann, cuja chegada é prevista para o dia 5, deve permanecer no Brasil até o dia 18. Como nas outras vezes, os técnicos trabalharão no Banco Central.

Todo detalhe relevante, do ponto de vista de aprovação do plano econômico, será analisado pela equipe do fundo. A intenção do governo brasileiro é a de que o programa de ajuste seja estabelecido com base em índices fixados pelo País. “O plano econômico será a base da carta de intenção”, disse o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, que esteve recentemente em Washington, onde detalhou o Plano Collor à diretoria do FMI e pediu a vinda dos técnicos ao País em curto prazo.

ESTADO DE SÃO PAULO